

## Chang renuncia mandato na AR para sul-africano ver

Desmascarado o “relaxamento de imunidade” efectuado pela Comissão Permanente da Assembleia da República (AR) através de um pedido ilegal do Tribunal Supremo Manuel Chang pediu, enfim, a renúncia do seu mandato como deputado abrindo espaço para a sua eventual detenção caso regresse a Moçambique. É mais uma manobra para convencer as autoridades sul-africanas a extraditarem-no para o nosso país e não para os Estados Unidos da América.

Texto: Redacção

“Tendo o senhor Manuel Chang renunciado ao mandato de deputado nos termos no número 1 do Artigo 6 do estatuto de segurança e previdência do deputado, aprovado pela Lei nº 31/2014 de 30 de Dezembro, em conformidade com o preceituado no número 7 do Artigo 11 do estatuto de segurança e previdência do deputado comunico que a vaga verificada será preenchida pela Senhora deputada Maria Elias Jonas, do Círculo Eleitoral da Província de Maputo” informou a presidente da AR, Verónica Macamo, que precisou que o pedido de renúncia data do passado dia 19 de Julho.

Este acto do ex-ministro das Finanças, que assinou as Garantias Soberanas violando a Constituição que possibilitaram a contratação dos empréstimos das empresas Proindicus, EMATUM e MAM e ainda recebido subornos da operação financeira através do Grupo Privinvest, segue-se a decisão do novo ministro da Justiça e Serviços Correcionais da África do Sul, onde está detido e enfrenta um pedido de extradição das autoridades dos Estados Unidos da América.

O ministro Ronald Lamola mandou rever a decisão do seu antecessor, que havia entendido que Chang poderia ser extraditado para Moçambique ao abrigo do Protocolo da SADC. Lamola disse em comunicado de imprensa que para Manuel Chang beneficiar-se do protocolo regional teria de ser acusado formalmente por crimes que tenha alegadamente cometido na região e não deveria ter imunidade parlamentar.

## Principal forma de protecção social em Moçambique “ainda é ter muitos filhos”



Em Moçambique “a principal forma de protecção social ainda é ter muitos filhos e não estes que nós estamos a criar” como o INSS, INP ou INAS, constatou o Professor António Francisco ressaltando que o sistema “não é viável” no entanto alertou que a alternativa formal de protecção social do Estado está ultrapassada, tendo a realidade demográfica que o Censo de 2017 revela, pois foi concebida para o tempo em que “as pessoas se reformavam, vestiam um pijama e ficavam 2 ou 3 anos a espera de morrer. Agora as pessoas reformam-se, vestem o pijama e ficam 30 anos a espera de morrer”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 02 →

## MDM, Renamo e Frelimo elevam “cônjuge ou companheiro da união de facto” para primeira linha do processo sucessório

A Assembleia da República podia ter adoptado, durante a semana passada, a denominação “Casa das Mulheres” com aprovação de dispositivos legais há muitos anos haviam sido engavetados e que efectivamente empoderam a mulher moçambicana. Uma das principais decisões, “por consenso e aclamação” das três bancadas parlamentares, é a elevação do “cônjuge ou companheiro da união de facto” para primeira linha do processo sucessório. Até agora o cônjuge estava na quarta posição na chamada de herdeiros em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

Actualmente a ordem de chamada dos herdeiros em Moçambique começa pelos filhos, seguem os pais e os irmãos do finado (a) e só depois a esposa (ou o marido) porém quando entrarem em vigor as revisões aprovadas semana finda na Lei do Direito das Sucessões passam a ser chamados primeiro os “Descendentes e cônjuges ou companheiro da união de facto”, seguem-se os “Ascendentes e cônjuges ou companheiro da união de facto”, o “Cônjuges ou companheiro da união de facto”, depois os “Irmão, seus descendentes”, “outros colaterais até ao oitavo grau” e por fim o Estado.

Porém o número 2 do Artigo 117 ressalva que: “O cônjuge não é chamado à herança como sucessível legítimo se à data da morte do autor da sucessão se encontrar divorciado ou separado judicialmente de pessoas e bens por herança” e, o número 3 do referido artigo, indica que: “O companheiro sobrevivo só é chamado à herança se à data da morte vivia com o falecido em união de facto”.

As uniões de facto, que para serem efectivas a lei aumentou de 1 para mais de 3 os anos de “comunhão plena de vida”, foram também incluídas nas quotas dos herdeiros legítimos. “Aos filhos e cônjuge ou companheiro de união de facto está reservada uma quota de bens correspondente a 75 por cento da herança, sendo a partilha feita por cabeça e em partes iguais pelos herdeiros”, determina o número 1 do Artigo 138 que no seu número 2 refere: “Na falta de cônjuge ou companheiro de união de facto e sendo um só filho, este tem direito a uma quota correspondente a 50 por cento da herança e 75 por cento se existirem dois ou mais filhos.”

O número 3 do artigo que estamos a citar determina ainda que: “Um só filho não poderá, por efeito do direito de acrescer, suceder em mais de 50 por cento herança como herdeiro privilegiado”, e no número seguinte é estabelecido que: “Os descendentes de segundo grau e seguintes têm direito à quota que



caberia ao seu descendente.”

No que a quota do cônjuge ou unido de facto e ascendentes diz respeito os deputados dos partidos MDM, Renamo e Frelimo decidiram em consenso que: “Quando concorra com os ascendentes, o cônjuge ou companheiro sobrevivo da união de facto tem direito a uma quota de 50 por cento da herança.”

“Os ascendentes do primeiro grau têm direito a uma quota de 30 por cento da herança e os dos segundo grau e seguintes a uma quota de 20 por cento da herança”, estabelece também o número 2 do Artigo 139.

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o  
**XICONHOCA**  
da semana



Escreva um E-Mail para  
averdademz@gmail.com



→ continuação Pag. 01 - Principal forma de protecção social em Moçambique  
"ainda é ter muitos filhos"

O IV Recenseamento Geral da População e Habitação revelou que a população economicamente activa diminuiu de 69,2 por cento em 2007 para 57,2 por cento em 2017, "com a pirâmide etária a indicar a idade mediana em vez de estar a aumentar está a diminuir, há 50 anos a idade mediana era 19 anos, agora o Censo vem dizer-nos que estamos nos 16,6 anos, 50 por cento da população o resto é mais de 16,6 anos" constatou Francisco que concluiu que a população moçambicana "é infantil".

A consequência directa, também indicada pelo Censo de 2017, é que a taxa de dependência aumentou de 94,8 por cento para 99,5 por cento, portanto em cada 100 moçambicanos existem pelo menos 99 a espera de outras para lhes suportar todas as suas despesas. António Francisco, que é Doutoramento em Demografia e Professor Catedrático na área de Métodos Quantitativos e Desenvolvimento Económico, concluiu que: "O que nós estamos a verificar aqui não é desenvolvimento, é subdesenvolvimento".

Um dos oradores na Conferência sobre "Pobreza, Desigualdades e Modelos de Desenvolvimento", organizada no passado dia 16 pelo Observatório do Meio Rural, o Professor Francisco declarou que "a protecção social precisa de ser concebida de uma forma muito mais à sério para responder a aquilo que é o lema dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: Não deixar ninguém para trás".

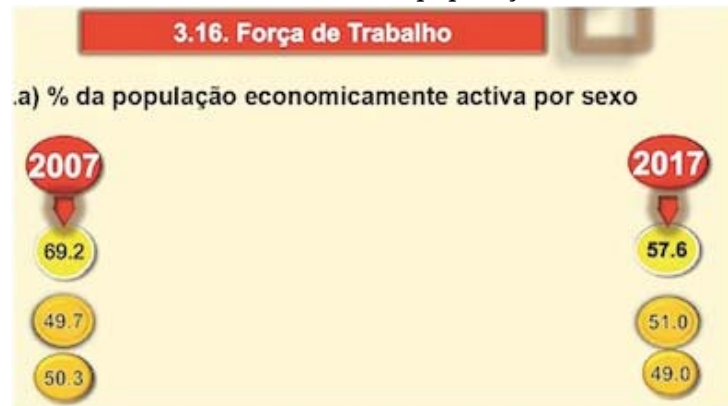


António Francisco constatou que "a principal forma de protecção social é ter muitos filhos, não é que seja viável, foi viável durante milhares de anos num sistema de economia simples, sem sistemas financeiros o sistema que havia era isso. A população tinha que ter muitos filhos para que depois os filhos tomassem conta, em Nampula, que eu saiba, a primeira filha de um casal é criada pela avó para quê, para que ela depois cuide da avó".

O que está aconteceu, segundo o académico, é que essa protecção social familiar foi rompida "porque reduzimos a mortalidade, então não precisamos de ter os filhos mas temos que criar os sistemas financeiros (de protecção social). O problema é que nós não temos esse sistema financeiro, temos uma forma ainda limitada que é o INSS (Instituto Nacional de Segurança Social), ou o INP (Instituto Nacional de Previdência), e depois cria-se o INAS (Instituto Nacional de Acção Social) para a velhice ou para situações (de vulnerabilidade) em que dão aquilo que chamam de pen-

são mínima, em que a agora o Governo deu 376 Meticais, imagine-se são 6 dólares".

**"Agora as pessoas reformam-se, vestem o**



**pijama e ficam 30 anos a espera de morrer"**

Com mais de metade dos 27 milhões de moçambicanos a precisarem de quem os sustente o Estado apenas mal consegue garantir a protecção social de 2 milhões, 1,5 milhão são os beneficiários do Instituto Nacional de Segurança Social e o pouco mais de 500 mil são recebem algum tipo de ajuda do Instituto Nacional de Acção Social, sistemas de protecção social que o académico

considerou ultrapassados e idealizados "para uma economia que não temos e não vamos ter, estamos a imitar um sistema como se a economia se fosse formalizar".

"O sistema (de protecção social) que nós temos é um sistema restrito, limitado, fragmentado para vários grupos, para quem desconta de forma pública, para quem desconta de forma privada, tem alguns mecanismos mas não toma em conta a natureza da demografia que nós temos e precisaria de recursos e sensibilidade relativamente a população", referiu António

a imitar um sistema (de segurança social) que teve as suas virtudes, no seu tempo, quando as pessoas se reformavam, vestiam um pijama e ficavam 2 ou 3 anos a espera de morrer. Agora as pessoas reformam-se, vestem o pijama e ficam 30 anos a espera de morrer".

"A questão que eu coloco da demografia e da pobreza está no facto de que se nós sairmos de um sistema em que as pessoas começam a reduzir a mortalidade, a fecundidade vai ter de baixar se não é criado um sistema (de segurança social) finan-

ceiro obviamente que as pessoas não abandonam a pobreza, é por isso que eu digo que a principal forma de protecção social ainda é ter muitos filhos e não estes que nós estamos a criar, não é que seja o mais viável, não, tornou-se inviável a partir do momento em que a mortalidade baixou, as pessoas estão a ter menos filhos", tendo indicado que em Maputo a mulher já tem 3 a 4 filhos enquanto no resto de Moçambique a média é de 5 a 6 filhos.

## Desporto

# Chanaya comanda Moçambique no Mundial de basquetebol sub-19

Após ter carregado Moçambique para uma impressionante vitória sobre as anfitriãs, no sábado (21), a extremo-poste Chanaya Pinto está a mostrar na Tailândia, onde decorre o Mundial sub-19, que passou de promessa a estrela do basquetebol moçambicano liderando a nossa a nossa selecção numa admirável recuperação este domingo (22) diante do Canadá, contudo insuficiente para somar a segunda vitória.

Texto: Adérito Caldeira

Enfrentando a selecção da casa Moçambique entrou a perder na estreia do Campeonato do Mundo de basquetebol sub-19 em femininos, Célia Sumbane marcou os 2 primeiros pontos e Chanaya empatou e fez a cambalhota no placar e comandou a equipa nacional para uma vantagem de 22-13 pontos no fim do 1º período.

Chanaya abriu as hostilidade no 2º período e contou com a ajuda das suas colegas para Moçambique sair para o intervalo a vencer 38-22 pontos.

Embora Yada Sriharaksa tenha aberto o placar do 3º período com uma "bomba" as "Samurais" sub-19 mostraram na quadra que não estão no Mundial apenas para ganhar rodagem e dilataram o placar, ignorando a claques da casa na Arena I do Bangkok Thai-Japan Youth, para 56-28.

No derradeiro período Leonel Manhique deu-se ao luxo de rodar as suas pupilas e

sem precisar de acelerar muito mais Moçambique venceu a sua primeira partida do Grupo A por 66-39 pontos.

Com 16 pontos Chanaya Pinto foi a melhor marcadora do jogo onde fez 9 ressaltos, 6 roubos e ainda 4 assistências.

### Faltou tempo para vencer o Canadá

Já este domingo (21) a nossa selecção voltou a entrar mal para o jogo, desta vez diante do Canadá que na véspera perdera com a Letónia por 65-54 pontos, tendo visto as canadianas chegarem aos 4-0 antes Ester Gomes abrir o placar com uma "bomba". O Canadá controlou a partida e ampliou a vantagem para 11-3 até Ester voltar a reduzir, desta vez com 2 pontos, mas a nossa selecção perdeu o 1º período por 20-9 pontos.

No 2º período as canadianas continuaram mais eficazes e alargaram a vantagem para

28-9 pontos. As "Samurais" sub-19 demoraram 5 minutos para converter o primeiro cesto, por Chanaya Pinto da linha de lançamentos livres. Estava dado o mote para o início da recuperação, 37-24 pontos era o placar ao intervalo.

As canadianas voltaram a marcar primeiro no 3º período e chegaram aos 45-29, Chanaya carregou a selecção e com uma "bomba" reduziu a desvantagem para 56-43 pontos.

No derradeiro período Moçambique sofreu primeiro antes de conseguir encestar porém as "Samurais" sub-19 nunca desistiram e nos 3 minutos finais mostraram a sua força. Uma "bomba" de Carla Budane deu fôlego, Chanaya reduziu para 4 pontos a desvantagem da linha de lançamentos livres. Leonel Manhique pediu desconto e numa jogada de laboratório Filipa Calisto acertou uma "bomba" deixando o jogo a 60-59 pontos com 30 segundos para o cronómetro estourar... depois já não houve tempo para a reviravolta.



Com 23 pontos convertidos Chanaya Pinto voltou a ser a melhor marcadora da partida, que decorreu na Arena II do Bangkok Thai-Japan Youth, tendo feito ainda 11 ressaltos, 4 roubos e 3 assistências.

Moçambique ocupa o 3º lugar do Grupo A com 3 pontos, os mesmos do Canadá, e vai terminar a fase de grupos enfrentando a Letónia, líder invicta com 4 pontos, que no seu segundo jogo venceu a Tailândia por 57-74 pontos, na próxima terça-feira (23).

### Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A  
Telemóvel: +258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479  
Telemóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.



## Três menores morrem carbonizados em Morrumbala

Três crianças morreram carbonizadas há duas semanas no Distrito de Morrumbala, na Província da Zambézia, após terem sido deixadas sozinhas em casa pelos progenitores.

Texto: Redacção

“Um fogo posto que ocorreu na ilha, na localidade de Pinda, uma família deixou menores dentro de casa e quando voltaram encontraram que tinha ardido e as três menores ficaram carbonizadas” explicou a jornalista nesta segunda-feira (22) o Comandante da Polícia da República de Moçambique no Distrito de Morrumbala, Afonso Dias.

Ainda na mesma região administrativa da Província da Zambézia um cidadão perdeu a vida após ter sido agredido por desconhecidos com objectos contundentes.

## Custo de Visto triplica e DIRE quase duplicou de preço em Moçambique



Diante da cada vez maior entrada de cidadãos expatriados em Moçambique o Governo decidiu rever em alta os custos de emissão do Documento de Identificação e Residência para Estrangeiro (DIRE) e de Vistos. O preço do DIRE permanente ou vitalício quase duplicou enquanto alguns tipos de Vistos tiveram os preços mais do que triplicados.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 04 →

## Moçambique pondera retaliar contra RSA, Zimbabwe e Malawi que impedem exportação de produtos nacionais

A África do Sul e o Zimbabwe têm criado dificuldades administrativas impedido que empresas moçambicanas exportem os seus produtos ao abrigo do Protocolo da SADC, o ministro Ragendra de Sousa disse ao @Verdade que o nosso país pondera retaliar. “Nós temos esta arma connosco que é a nossa localização geográfica (...) qualquer dia aquele meu colega da fronteira vai apanhar malária e não abre a fronteira 3 dias”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

Em 2016 uma marca de refrigerantes moçambicana, ao abrigo do Protocolo Comercial da Comunidades de Países da África Austral (SADC, acrónimo em inglês), iniciou a exportação para o Malawi onde, graças ao preço baixo, conseguiu posicionar-se no mercado local e tornou-se numa alternativa aos refrigerantes produzidos no país vizinho.

Numa flagrante violação do Protocolo de livre comércio da SADC, em vigor desde o ano 2000, as autoridades malawiana, alegando excesso de produtos químicos no refrigerante banii a bebida do seu território.

Formalmente o levantamento do banimento, que só aconteceu em 2017 após a intervenção do Governo de Moçambique e após a empresa nacional provar que o seu refrigerante tinha qualidade, porém nesta segunda-feira (22) o ministro da Indústria

e Comércio, Ragendra de Sousa, revelou que “quando nada parecia funcionar o meu conterrâneo (em alusão aos guarda-fronteira entre Moçambique e Malawi) esqueceu-se de abrir a fronteira durante 2 horas, logo a seguir começaram a chover telefonemas e a mandar delegações”.

Agora massas, tubos e até cerveja nacional estão a enfrentar “artifícios” para entrarem na África do Sul e no Zimbabwe. O ministro da Indústria e Comércio disse aos industriais moçambicanos, durante um Seminário de reflexão do sector que aconteceu em Maputo, que após ter constatado in loco os entraves levantados na fronteira sul-africana foi rubricado um acordo para reforçar o livre comércio, porém, “o ministro na África do Sul mudou, estou a espera que o meu colega me diga quando é que vem ou eu vou lá”.

Relativamente ao Zimbabwe Ra-



gendra de Sousa revelou que foi comunicado directamente ao Presidente Emmerson Mnangagwa sobre as más práticas no seu país, “eu em jeito de brincadeira disse Senhor Presidente sabe qualquer dia aquele meu colega da fronteira vai apanhar malária e não abre a fronteira 3 dias e ele percebeu a mensagem”.

O titular da Indústria e Comércio enfatizou que Moçambique tem “esta arma connosco que é a nossa localização geográfica”, Ragendra de Sousa avisou “se mantiverem a estratégia de não usarem a lei e usarem mecanismos, temos de fazer o mesmo”.





→ continuação Pag. 03 - Custo de Visto triplica e DIRE quase duplicou de preço em Moçambique

Durante o mês de Julho o Serviço Nacional de Migração (SENAMI) registou um aumento na entrada de estrangeiros em Moçambique. “A principal causa do aumento de entrada de cidadãos estrangeiros no país neste período foi a realização de vários encontros, bem como da cerimónia do anúncio da Decisão Final de Investimento ocorrida em Maputo”, revelou em conferência de imprensa Celestino Matsinhe, o porta-voz do SENAMI.

O @Verdade apurou que alguns dias antes, a 24 de Maio, os ministros do Interior, Jaime Basílio Monteiro, e da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, rubricaram o Diploma nº 65/2019 que entrou em vigor no passado dia 5 de Julho e torna bem mais caro aos cidadãos expatriados visitarem ou trabalharem em Moçambique.

O DIRE temporário que em 2017 havia sido revisto para 19.200 Meticais passou a custar 33.760 Meticais. O DIRE permanente e o vitalício foram agravados de 22.200 para 62.520 Meticais.

Relativamente aos Vistos os aumentos foram bem

II. Autorização de Residência	
Residência Temporária	33,760.00
Residência Permanente	62,520.00
Residência Vitalícia	62,520.00
III. Vistos	
Visto de Transbordo de Tripulantes	6,252.00
Visto de Trânsito	6,252.00
Visto Simples de 1 a 30 dias	6,252.00
Visto Simples de 31 a 60 dias	12,504.00
Visto Simples de 61 a 90 dias	18,756.00
Visto de Estudantes	6,252.00
Visto de Trabalho 1 a 90 dias	8,440.00
Visto de Trabalho 91 a 180 dias	16,880.00
Visto de Trabalho 181 a 365 dias	33,760.00
Visto para Actividades de Investimento 1 a 90 dias	8,440.00
Visto para Actividades de Investimento 91 a 180 dias	16,880.00
Visto para Actividades de Investimento 181 a 365 dias	33,760.00
Visto de Permanência Temporária 1 a 90 dias	8,440.00
Visto de Permanência Temporária 91 a 180 dias	16,880.00
Visto de Permanência Temporária 181 a 365 dias	33,760.00

maiores. Um Visto de Transbordo de Tripulantes, de Trânsito ou simples de 1 a 30 dias, que custava 1.350 Meticais, custa agora 6.252 Meticais. O Visto

Simples de 31 a 60 dias e o Visto de 61 a 90 dias, que custavam 2.700 e 4.050 Meticais, respectivamente, passaram a ser taxados em 12.504 e 18.756 Meticais, respectivamente.

Foi abolido o Visto de trabalho para mais de 1 ano. Um Visto de trabalho de 1 a 90 dias, que custava 3.600, foi revisto para 8.440 Meticais, para trabalho de 91 a 180 dias passou de 7.200 para 16.880 Meticais, e para trabalho de 181 a 365 dias o preço do Visto é de 33.760 Meticais.

Os Vistos de investimento de 1 a 90 dias que eram taxados a 3.600 Meticais passaram a custar 8.440, de investimento de 91 a 180 dias o preço passou de 7.200 para 16.880 e de investimentos até 365 dias custam agora 33.760 Meticias, sendo que foi abolido o Visto de investimento para mais de 1 ano.

### Cidadãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa também vão pagar mais pelo DIRE

Foi ainda revisto o preço do Visto de permanência temporária assim como o Visto de Estudante também teve o preço reajustado, de 4.270 para 6.252 Meticais.

Interessante notar que mesmo depois da visita a Portugal onde o Presidente Filipe Nyusi destacou a necessidade de melhorar a mobilidade no espaço lusófono os custos de DIRE para os cidadãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) também foram revistos em alta:

Tabela de Execução Normal	
Designação	Meticais
I. Autorização de Residência	
Residência Temporária	29,310.00
Residência Permanente	29,310.00
Residência Vitalícia	29,310.00

Tabela de Execução Expresso	
Designação	Meticais
I. Passaporte	7,200.00

Confira ainda os custos para a emissão de Visto ou DIRE urgente:

Tabela de Execução Urgente	
Designação	Meticais
I. Passaporte	
Certificado de Emergencia	463.00
Certificado de Emergencia para estrangeiro	6,980.00
Documento de Viagem para Mineiro e trabalhador sazonal	463.00
Documento de Viagem para refugiados	4,340.00
II. Autorização de Residência	
Residência Temporária	39,080.00
Residência Permanente	72,370.00
Residência Vitalícia	72,370.00
III. Vistos	
Visto de Transbordo de Tripulantes	7,240.00
Visto de Trânsito	7,240.00
Visto Simples de 01 a 30 dias	7,240.00
Visto Simples de 31 a 60 dias	14,470.00
Visto Simples de 61 a 90 dias	21,710.00
Visto de Estudantes	7,240.00
Visto de Trabalho 1 a 90 dias	9,770.00
Visto de Trabalho 91 a 180 dias	19,540.00
Visto de Trabalho 181 a 365 dias	39,080.00
Visto para Actividades de Investimento 1 a 90 dias	9,770.00
Visto para Actividades de Investimento 91 a 180 dias	19,540.00
Visto para Actividades de Investimento 181 a 365 dias	39,080.00
Visto de Permanência Temporária 1 a 90 dias	9,770.00
Visto de Permanência Temporária 91 a 180 dias	19,540.00
Visto de Permanência Temporária 181 a 365 dias	39,080.00

Mais do que uma medida para arrecadar fundos para os apertados cofres públicos, afinal muitos dos estrangeiros que estão a entrar em Moçambique vão trabalhar bilionária na indústria do petróleo e gás natural, estas revisões em alta aparentam uma certa retaliação aos Parceiros de Cooperação que tardam em retomar a ajuda interrompida em 2016 e até mesmo em disponibilizar os apoios de reconstrução para as províncias fustigadas pelos ciclones Idai e Kenneth.

## Carlos Yum desafia sector privado “para a transformação da industria dois terços não depende da Electricidade de Moçambique”

O Administrador do Pelouro de Operações da distribuidora de energia em Moçambique desafiou o sector privado a analisar melhor quais são os problemas do sector manufactureiro: “eu costumo dizer que para a transformação da industria dois terços não depende da Electricidade de Moçambique”.

Intervindo durante o Seminário que nesta segunda-feira (22) abordou os Desafios ao Desenvolvimento do Sector Manufactureiro e Medidas para a sua Alavancagem o engenheiro Carlos Yum, membro da Administração que lidera a reestruturação em curso na Electricidade de Moçambique (EDM) refutou a tese apresentada pela Confederação das Associações Económicas (CTA) que a adopção de uma tarifa sazonal para a industria transformadora poderá baixar os custos de produção em 46,5 por cento.

“A EDM é uma operadora e 90 por cento da energia nós também adquirimos a terceiras entidades, do trabalho que fazemos com o Governo olhamos muito para aquilo que é a analítica da



indústria de eletricidade e também as políticas e estratégias que estão em volta disso. Quando eu olho para o relatório (Estu-

do da CTA) vejo que precisam de aproximar-se à indústria, neste caso específico à Electricidade de Moçambique, para entender

quais são as questões que realmente são desafios”, começou por assinalar Yum para quem “muitas das questões (apresentadas pela CTA) são de nível estrutural, não dependem só da Electricidade de Moçambique”.

O Administrador do Pelouro de Operações da EDM afirmou que o estudo da CTA, onde “confundem retalho com investimento”, “Uma questão muito crítica é o regime tarifário, mas é preciso entender que o regime tarifário aborda, a estrutura e a fórmula de ajustamento e antes de falar de uma tarifa sazonal é preciso olhar para a estrutura de mercado que temos em Moçambique, ela tem muito pouco de industrial. Os nossos maiores clientes críticos até não são industrias,

pode haver uma ou duas no pico, mas a base não são industrias”.

“Quando nós falamos de industria eu recomendo ver que tipo de industria estamos a falar, porque o peso da electricidade para uma industria como a Mozal, que é electricidade sólida, é completamente diferente para o turismo, agricultura ou mesmo para uma steel e assim sucessivamente”, declarou Carlos Yum que disse aos industrias moçambicanos: “Aquilo que está no estudo é mais um sofrimento que está reportado do que uma analítica que deve ser estruturante, eu costumo dizer que para a transformação da industria dois terços não depende da Electricidade de Moçambique, depende do modelo de negócio”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo



## Moçambique volta a perder no Mundial de basquete sub-19 e enfrenta China nos oitavos

*“Samurais” sub-19 voltaram a não vencer no Campeonato do Mundo de basquetebol, nesta terça-feira (23) perderam com a Letónia, e vão enfrentar a China nos oitavos-de-final da prova que decorre na Tailândia.*

Texto: Adérito Caldeira



A precisar de uma segunda vitória para evitar as adversárias mais complicadas do Mundial a selecção de Moçambique entrou bem melhor para o jogo da 3ª jornada, após os 2 pontos iniciais da Letónia Filipa Calisto encestou uma “bomba” e dilatou o placar. A “beirense”, co-adjuvada por Célia Sumbane e Chanaya Pinto, abriram uma vantagem de 10-2 pontos, antes de Laura Meldere decidir entrar para o jogo.

O 2º período iniciou com Moçambique a vencer 21-15 pontos e Ester Gomes tratou de abrir as hostilidades mas as suas companheiras não estavam com a pontaria afinada, do outro lado as letãs deram início a recuperação que culminou com um empate a 26, após uma “bomba” de Mara Mote. A liderança do marcador foi-se alternando e as “Samurais” saíram para o descanso a vencer 34-32 pontos.

A Letónia fez a reviravolta no primeiro ataque do 3º período, as nossas meninas acusaram a pressão e com nervosismo viram a selecção adversária 34-40, até que Ester Gomes voltou a encestar. Moçambique reencontrou-se, reduziu o placar e Jennifer Sigauque empatou a 42 pontos. A Letónia voltou a abrir vantagem, chegou aos 42-48 mas as “Samurais” sub-19 deram luta perdendo o parcial por 46-48 pontos.

Uma “bomba” de Mara Mote abriu o 4º período e a Letónia acelerou aumentando o marcador até 48-68 pontos. Chana Paxixe, da linha de lances livres, deu algum alento a Moçambique mas já não houve forças para evitar a segunda derrota no Mundial que manteve a nossa selecção no 3º lugar do Grupo A, apenas com uma vitória sobre a Tailândia.

Nesta quarta-feira (24) as pupilas de Leonel Manhique voltam a quadra do Bangkok Thai-Japan Youth para enfrentar a China, 2ª classificada do Grupo B com apenas uma derrota, na disputa por um lugar nos quartos-de-final.

## Não há dinheiro para dinamizar indústria em Moçambique; Governo e CTA divergem sobre Estratégia Industrial



*Governo e o sector privado não se entendem sobre o futuro da industria manufactureira moçambicana com uma nova Política e Estratégia desde 2016 o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) apregoa a “substituição das matérias-primas actualmente importadas por outras produzidas localmente” porém a CTA pede “isenção do IVA e dos direitos aduaneiros na importação de matérias-primas”. Além disso o @Verdade apurou que não há dinheiro para Fundo que se pretende criar para dinamização do sector que adiciona cada vez menos para a economia em Moçambique, a contribuição para o PIB passou de 0,8 pontos percentuais em 2015 para apenas 0,2 por cento.*

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 06 →

## BNI sem dinheiro do Estado para ser banco de desenvolvimento

*Nascido para ser uma instituição de desenvolvimento o Banco Nacional de Investimento (BNI) não o tem sido devido a falta de fundos do Estado que possibilitem emprestar dinheiro a custo mais barato do que a banca comercial.*

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

Desde a falência do Banco Popular de Desenvolvimento que o sector produtivo nacional clama por uma instituição financeira que não tenha como seu core business apenas as empréstimos comerciais.

Com o início da crise, despoletada pela descoberta das dívidas ilegais, e as taxas de juro triplicaram devido as medidas de Política Monetária do Banco de Moçambique esse clamor tem aumentado embora exista no sector um banco de nasceu para investimentos mas foi comprado pelo Estado para supostamente financiar o desenvolvimento através da concessão de produtos de crédito a taxas de juro bonificadas.

No entanto o BNI, criado em 2010 contudo desde 2012 detido a 100 por cento pelo Estado moçambicano através do Instituto de Gestão das participações do Estado, aposta em recursos com características comerciais tal como qualquer outra instituição do sistema financeiro nacional.



As taxas de juro do Banco Nacional de Investimento, que apenas concede créditos de curto prazo ou de longo prazo à empresas, são tão caras como as dos demais bancos comerciais. Aliás os spreads que tem estado a praticar nos últimos meses é até mais elevado do que oferecem outros bancos comerciais.

Fonte sénior do BNI disse ao @Verdade que o banco não exerce a sua função de banco de desenvolvimento porque o seu principal acionista não tem dinheiro para em-

prestar ao povo, como é reconhecido pela instituição financeira no seu mais recente Relatório e Contas.

O @Verdade apurou que o banco estatal financia-se disputando os mesmos clientes comerciais com a restante banca e por isso não cria estrutura de capital para conceder créditos bonificados.

Em 2018 o BNI tinha em carteira apenas 520 milhões de Meticais em fundos desenvolvimento: a Linha de agronegócio e empreendedorismo, a Linha de financiamento de SUSTENTA e o Fundo de garantia do sector agrícola.

Estranhamente o Estado parece não dar primazia ao seu banco na alocação das centenas de pequenas iniciativas de desenvolvimento rural e distrital e nem sequer serve de catalisador para a mobilização de linha de crédito ou fundos de instituições de desenvolvimento multilaterais.





→ continuação Pag. 05 - Não há dinheiro para dinamizar indústria em Moçambique; Governo e CTA divergem sobre Estratégia Industrial

Três dos cinco objectivos da Política e Estratégia Industrial aprovada pelo Governo de Filipe Nyusi em Maio de 2016 preconizam a “substituição das importações e das exportações; Expandir a cadeia de valor e o valor acrescentado dos produtos industriais através da maior utilização de matéria-prima nacional; Promover maior conteúdo local na produção industrial, através de maiores ligações económicas a montante e a jusante das empresas do sector”.

“No processo de desenvolvimento o sector industrial é o que vai absorver o grosso da mão-de-obra que se liberta da agricultura” assinalou nesta segunda-feira (22) o ministro da Indústria e Comércio no Seminário sobre os desafios do sector industrial moçambicano e medidas para a sua alavancagem.

No entanto o presidente da Confederação das Associações Económicas (CTA) considerou que para alavancar a indústria manufactureira as 2.045 empresas industriais em funcionamento precisam de isenção do Imposto Sobre o valor Acrescentado (IVA) e dos direitos aduaneiros pois grande parte das matérias-primas do sector são e que essa medida “pode resultar numa redução dos custos de produção do sector em cerca de 211.68 por cento”.

Agostinho Vuma indicou como outras soluções de alavancagem a mudança da estrutura tarifária e opções objectivas para redução do custo de capital e melhoramento do acesso ao financiamento.

### Não há dinheiro para implementar a Política e Estratégia Industrial

Respondendo a plateia de industriais o ministro Ragendra



de Sousa admitiu que “um dos grandes desafios para o empresariado local tem sido o acesso ao financiamento adequado” e no âmbito do 4 pilar da Política e Estratégia 2016-2025 o Ministério que dirige rubricou, em Dezembro passado, um Memorando com o Banco Nacional de Investimentos com objectivo de constituir um Fundo para a promoção, dinamização e financiamento a indústria nacional com enfoque nos sectores considerados prioritários em Moçambique, nomeadamente: Alimentar e Agro-Indústria; Vestuário, Têxtil e Calçado; Minerais não Metálicos; Metalurgia e Fabricação de Produtos Metálicos; Processamento de Madeira e Mobiliário; Química, Borracha e Plásticos; Papel de Impressão.

Embora no seu discurso o presidente da Comissão Executiva do Banco Nacional de Investimentos tenha afirmado que a instituição financeira “está numa fase bastante avançada da estruturação do Fundo para o financiamento da indústria nacional prioritária”, Tomás Matola revelou ao @Verdade que ainda não existe dinheiro.

Aliás durante o Seminário o Director Nacional de Indústria e Comércio, Mateus Ma-

tusse, referiu que o Governo também está a procura de financiamento para implementar a Política e Estratégia Industrial que deveria ter começado a ser materializada em 2016.

### “Próximo quinquénio é o quinquénio da industrialização”

No seu estilo académico Ragendra de Sousa tornou público que o seu Ministério vai “fazer o levantamento no sector industrial daquilo que é conhecido sunk cost, é irmos ao país ver quais são as industriais que estão paradas, nessas industriais o edifício já está lá, a ligação eléctrica, a água já está lá, o parque de carros já está lá, o que precisamos é transformar o que está lá dentro com tecnologia e com reparação e por causa disso o custo de investimento é muito mais barato”.

“Com base neste levantamento vamos fazer a substituição de importações, o país importa prego, o país importa arame, e há aí um empresário que diz que não consegue montar a fábrica porque não há terreno num país cuja densidade populacional são 4 pessoas dentro de um campo de futebol, e

essa fábrica pode caber em metade do campo”, desafiou ao sector privado o ministro da Indústria e Comércio.

O governante aproveitou a ocasião para chamar os empresários às responsabilidades que estão em falta, depois do Executivo ter feito a sua parte, “aqui perto de Maputo foi construído Frigo, para cebola e batatas mas foi terminal de frutas sul-africanas, o que aconteceu para deixar de ser entreposto frigorífico para frutas? Estão ali 59 câmaras frigoríficas e agora estamos a pôr óleo e sabão, não é o Estado nem o MIC”.

Entrando na campanha para as Eleições Gerais de Outubro próximo o ministro Ragendra de Sousa anunciou “ficou claro que o próximo quinquénio é o quinquénio da industrialização, deixando os factores económicos determinarem sabemos que virá da indústria extractiva, não queremos continuar a exportar matéria-prima bruta então a transformação, porque as variáveis económicas assim o determina, a industrialização vem de lá”.

“Nós não teremos a agricultura comercial baseada numa agricultura dispersa, cum um hectare ou um hectare e meio e uma produção de 800 quilos. E não é pedindo ao Estado para ir ter com o camponês de um hectare e meio, dar melhor semente, não vamos lá, nem o nosso Estado nem qualquer Estado. Precisamos de fazer de fazer um programa de investimento público sim onde se possa promover a agricultura comercial, juntando cada meio hectare para fazer 100 e fazer-se o que apelidamos de agricultura em bloco. Feito isso resolve-se a agricultura, resolve-se a produtividade, resolve-se serviços sociais e faz-se o polo de desenvolvimento”, concluiu o ministro da Indústria e Comércio.

## Pergunta à Tina...

Olá mana Tina, eu sou um jovem de 19 anos não fumo, bebo às vezes, tenho o problema de não ficar muito tempo com o pénis erecto, por vezes faço muito esforço para ficar e nem por isso (sendo que já mantive várias relações sexuais), mas houve uma vez que há uma semana atrás mantive relação sexual com outra pessoa que não é a minha parceira sem problemas. Sendo que não foi nada combinado. Quando combinado, às vezes fico muito nervoso e o pénis não levanta. Me ajuda. Eduardo

Olá, mano Eduardo. Pois é, não admira que o pénis não levante se estás muito nervoso. O sexo é comandado pela cabeça, então se a cabeça está ocupada pelo nervosismo, o sexo não consegue manifestar-se. Para o pénis ficar bem erecto, não é preciso fazer nenhum esforço. Pelo contrário, se fazes muito esforço, claro que não vai dar certo. Esquece a erecção, relaxa, e de forma descontraída, sem pressas, dedica-te a proporcionar prazer à tua parceira, usando as mãos e os dedos, a boca e a língua, para acariciar e estimular as suas inúmeras zonas erógenas (que provocam excitação sexual) e verás que tudo corre bem. Precisas saber que, quando fazem amor, as mulheres, ao contrário da maioria dos homens, nem pensam na erecção. O que as mulheres gostam mesmo são os preliminares, as carícias, os afagos, os mimos, as ternuras, as meiguices por todo o corpo, que são mais que suficientes para lhes proporcionar um prazer infinito, facilmente acompanhado de um ou mais orgasmos, mesmo que não tenhas o pénis erecto. Se pensares e procederes assim, podes estar certo de que a erecção vai aparecer, mesmo sem dares por ela. É bom notar que há muitos casais que se sentem perfeitamente resolvidos do ponto de vista sexual sem que seja precisa erecção e penetração. Não tiveste problemas com a relação sexual com outra pessoa que não é a tua parceira porque estavas descontraído, nada preocupado com o teu desempenho sexual, provavelmente porque não tens compromissos com ela e eventualmente não voltarás a encontrá-la. Fazes bem em não fumar, deves beber com moderação, mas não deixes de usar a camisinha quando te relacionas com alguém que não é a tua parceira. Aconselho-te a leitura da resposta de outro leitor com uma preocupação idêntica publicada nesta coluna.

Chamo-me Marcos, 26 anos de idade, porque não tenho experiências em sexo, a minha primeira vez está a ser com uma mocinha de 18 anos. Às vezes, consigo obter erecção quando me envolvo com ela. Por exemplo, a primeira vez fiquei recto, mas na hora H afrouxei. Já à segunda, sem mesmo me envolver, não consegui ficar recto. A vontade de sexo simplesmente foi-se. Ela porque tem corpo ainda não tão maduro, e porque é menor de idade, junto de muita ansiedade e pensamento de estar a pecar a fazer este acto, fico transtornado. E não erecto. Pela experiência que tive com uma senhora mais crescida consegui manter a erecção por longo tempo, infelizmente não fiz sexo. Há alguma solução para não conseguir manter erecção com a mocinha dos 18?

Claro que há solução, Marcos. A solução está na resposta acima, dada a outro leitor com uma preocupação idêntica, pelo que aconselho a sua leitura. Sexo não é erecção, penetração e orgasmo com ejaculação. Sexo é fundamentalmente aquilo de que se fala acima. O orgasmo com ejaculação deve ser apenas o culminar daquele longo e demorado processo, relaxado e sem pressas. E se não houver erecção e penetração, qual é o problema? Não desfrutaste com os preliminares? Se ficas ansioso e transtornado durante o envolvimento sexual, a tua cabeça não vai conseguir libertar a sexualidade e portanto, claro que não podes ficar erecto. O facto de a mocinha de 18 anos estar ansiosa e com sentimentos de culpa, obviamente que não ajuda. Mas também ela poderá ficar mais descontraída se investires nos preliminares como recomendei a outros leitores com problemas similar nesta coluna.

## Longe da meta do PQG preço do BI baixa novamente em Moçambique

Na tentativa de alcançar a meta a que se propôs no Plano Quinquenal que está a terminar, de identificar 14,7 milhões cidadãos, o Governo de Filipe Nyusi voltou a reduzir, pelo 2º ano consecutivo, o preço do Bilhete de Identidade (BI). O @Verdade apurou que apenas 9,3 milhões de moçambicanos têm o documento de identificação.

Entre 2015 e 2018 as autoridades de Identificação Civil emitiram mais de 4,9 milhões de BI's em Moçambique, um número assinalável tendo em conta que no 39 anos anteriores os sucessivos governos do partido Frelimo haviam emitido apenas 4,4 milhões de Bilhetes de Identidades.

No entanto são somente 9,3 milhões Bis emitidos para uma população que já ultrapassa os 28 milhões de habitantes e por isso o Executivo, após ter mudado de fornecedor de equipamentos de



Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

emissão dos documentos de identificação, decidiu voltar a baixar o preço pela concessão, renovação ou substituição do Bilhete de Identidade.

Em meados de 2018 o BI biométrico para menores de 18 anos de idade baixou para 90 Meticais enquanto os maiores de idade passaram a pagar 165 Meticais. Desde o passado dia 5 de Julho o custo do Bilhete de Identidade para crianças passou a custar 85 meticais enquanto os adultos são taxados em 160 Meticais.



## “Samurais” sub-19 arrasadas pela China ainda podem chegar ao 9º lugar Mundial

A selecção feminina sub-19 de Moçambique foi arrasada nesta quarta-feira (24) pela China em partida dos oitavos-de-final do Campeonato do Mundo de basquetebol que está a ser disputado na Tailândia. Na sua primeira participação mundial as “Samurais” ainda podem chegar ao 9º lugar mas precisam vencer a Coreia do Sul.

Texto: Adérito Caldeira



Na Arena de Bangkok Thai-Japan Youth, Chanaya Pinto até abriu o placar e Filipa Calisto fez mais 2 pontos, contudo Yuan Li empatou e Mingling Chen fez a reviravolta. As chinesas começaram a impor o seu ritmo de jogo e chegaram aos 4-17 antes da nossa selecção voltar a marcar por Filipa Calisto que por duas vezes encestou e deu a impressão de Moçambique estar a reentrar na partida. A China voltou a acelerar e venceu o 1º período por 8-20 pontos.

As chinesas mantiveram o ritmo alto e o nervosismo fazia as nossas meninas errarem o cesto. A vantagem dilatou e ao intervalo Moçambique perdia por 18-44 pontos.

Bem mais possantes as chinesas abriram o placar no 3º período e chegaram aos 18-54 pontos antes das “Samurais” encestarem pela primeira vez por Carla Budane. A nossa selecção não desistiu e conseguiu reduzir para 24-56, contudo a China controlava o jogo e sem acelerar muito chegou aos 24-60 pontos.

Arrasadas as nossas meninas destroçaram no derradeiro período, Jennifer Sigauque encestou uma bola e Hulda Joaquim uma outra, a China continuou a aumentar a vantagem chegando aos 28-71 pontos.

Apesar da eliminação nos oitavos-de-final a selecção de Moçambique ainda pode fazer um brilharete e chegar ao 9º lugar na sua estreia num Campeonato Mundial, para isso tem de vencer na próxima sexta-feira (26) a Coreia do Sul, selecção aparentemente acessível pois só perdeu os 4 jogos que realizou.

## Bolsa de Valores de Moçambique clama ter financiado a economia em 119 biliões de Meticais mas opera com subsídios do Estado



A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) enfim lançou, nesta quarta-feira (24), o seu índice de capitalização diário em mais um passo para que os investidores não procurem o mercado de capitais cegamente. Apesar de Salim Valam ter clamado que a capitalização bolsista é de 103 biliões de Meticais e que a instituição já financiou a economia em 119 biliões de Meticais a verdade é que a BVM não consegue sequer gerar receitas para o seu funcionamento e opera com subsídios do Estado.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 08 →

## Nyusi promove Lúcia Ribeiro para presidência do Conselho Constitucional

O Chefe Estado moçambicano, Filipe Nyusi, promoveu nesta quarta-feira (24) Lúcia da Luz Ribeiro para o cargo de Presidente do Conselho Constitucional (CC), cargo deixado vago em Junho por Hermenegildo Gamito. Esta nomeação mantém por preencher um lugar de juiz conselheiro no CC, que deverá ser designado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo



Natural de Maputo, de 56 anos de idade, é a mais antiga juíza conselheira do CC e foi indicada para o órgão de soberania pelo

partido Frelimo.

Advogada de profissão, formada na Universidade Eduardo Mon-

dlane e com Mestrado em Direito Empresarial pela Universidade Politécnica de Madrid, Lúcia Ribeiro assume o cargo que Hermenegildo Gamito renunciou, um dia após declarar a inconstitucionalidade do empréstimo da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), e terá que decidir sobre a constitucionalidade dos outros dois empréstimos contratados em violação da Constituição da República.

Paralelamente a juíza, que tem liderado o processo de recepção de candidaturas para a Eleição Presidencial de 15 de Outubro, irá também comandar a apreciação de todo o processo eleitoral que se adivinha renhido e iniciou com um Recenseamento inquinado de irregularidades.



→ continuação Pag. 07 - Bolsa de Valores de Moçambique clama ter financiado a economia em 119 biliões de Meticais mas opera com subsídios do Estado

20 anos após a sua criação a BVM torna-se mais séria com a disponibilização diária, a partir desta quinta-feira (25), de três índices diários da sua actividade de capitalização: o Índice da Bolsa de Valores Global (IBVM), o Índice da Bolsa de Valores Acções (IBVM Acções) e o Índice da Bolsa de Valores Obrigações (IBVM Obrigações).

O IBVM, que fechou a perder 0,33% nesta terça-feira (23), inclui todos os valores mobiliários admitidos à negociação no Mercado de Cotações Oficiais e no Segundo Mercado. O IBVM Acções, que fechou a perder 13 por cento, reflecte apenas as variações do segmento de acções cotadas, enquanto o IBVM Obrigações, que fechou também a descer 0,16 por cento, indica os negócios de dívida pública e corporativa.

O presidente do Conselho de Administração (PCA) da BVM admitiu que estes são instrumentos que faziam falta à instituição “para os investidores poderem acompanhar o comportamento e as tendências do mercado bolsista e obrigacionista. Os índices de Bolsa ajudam as bolsas a ganhar maior expressão a nível nacional e internacional, a ampliar a visibilidade, atrair

investidores estrangeiros que vão colmatar uma lacuna existente no cumprimento do protocolo de finanças e investimentos da SADC”.

De acordo com Salim Valá, “as acções desenvolvidas pela BVM no cumprimento do seu plano estratégico impactaram positivamente no mercado o que se encontra consubstanciado no comportamento dos principais indicadores a saber: o número de empresas cotadas é de nove, este indicador conheceu um crescimento de 125 por cento nos últimos 2 anos; a capitalização bolsista é de 103 biliões de Meticais; o rácio da capitalização bolsista situa-se em 10,1 por cento do PIB e projecta-se para 21 por cento em 2025; a média dos últimos anos do volume de negócio foi de 3,9 biliões de Meticais; a BVM já financiou a economia no valor de 119 biliões de Meticais e estão cotados na Bolsa 154 títulos”.

#### Bolsa de Valores de Moçambique é insustentável

Mas apesar de todos esses biliões e de ter como razão da sua criação “ser uma fonte alternativa de financiamento para as empresas e o Es-

tado, um mecanismo para promoção da poupança e o seu direccionamento para o investimento produtivo” o @Verdade apurou que a Bolsa de Valores de Moçambique não consegue gerar receitas para pagar as contas do seu funcionamento.

Analisando a Conta Geral do Estado o @Verdade descortinou que em 2017 a BVM recebeu subsídios de 62,7 milhões de Meticais para pagar salários assim como bens e serviços e no ano passado o Estado injectou 89,4 milhões de Meticais para pagar salários, bens e serviços e até despesas de capital no montante de 18,5 milhões de Meticais.

Questionado pelo @Verdade o PCA da Bolsa de Valores de Moçambique reconheceu a insustentabilidade da instituição no entanto prognosticou: “Nós estamos a trabalhar, nos últimos anos os sinais estão claros que num horizonte de 3 a 4 anos, no máximo, a Bolsa estará sustentável”.

#### Governo não incentiva o seu Sector Empresarial a cotar-se na Bolsa de Valores de Moçambique

Para aumentar as suas receitas a BVM precisa de

gerar muito mais negocio e isso só acontecerá com a cotação de muitas mais empresas nacionais. O @Verdade apurou que dentre as 25 Maiores Empresas de Moçambique em volume de receitas apenas três estão cotadas: as Cervejas de Moçambique, a Empresa Moçambicana de Seguros e recentemente a Hidroelétrica de Cahora Bassa.

Claramente inverter este cenário não passa pela sensibilização ou educação financeira que a Bolsa de Valores de Moçambique tem promovido em todo o país, depende da vontade política do Governo que nem sequer tem em vista sanear as deficitárias Empresas Públicas através do mercado de capitais.

Em 2018 o Executivo de Filipe Nyusi clama ter concluído os processos de reestruturação das TDM/ Mcel, LAM, PETROMOC, SEMOC, Medimoc, Transmaritima, CAIC e FARMAC no entanto nenhuma delas está sequer a cogitar entrar na Bolsa de Valores de Moçambique.

Rogério Nkomo, que representou o ministro da Economia e Finanças no evento da BVM, admitiu ao

@Verdade que não existe um prazo para transformar as Empresas Públicas em Sociedades Anónimas, condição inicial para a sua cotação.

“É um processo que vai decorrendo de forma paulatina (...) existe uma nova lei de empresas públicas, estamos numa fase de implementação, não podemos queimar etapas” argumentou Nkomo no entanto o @Verdade descobriu que a referida legislação, a Lei nº 3/2018 de 19 de Junho, não preconiza em nenhum dos seus artigos que o Sector Empresarial do Estado deve entrar na Bolsa de Valores de Moçambique, aliás até prevê a transformação das empresas estatais que a ainda existem em Empresas Públicas ou Empresas Participadas pelo Estado.

Além disso o Governo que criou legislação tornando imperativo que as Parcerias Público-Privadas e as concessionárias da indústria extractiva e do petróleo e gás após a data de aprovação do plano de desenvolvimento deveriam estar inscritas na Bolsa de Valores de Moçambique retirou essa imposição no ano passado.

## Beatriz Buchili continua Procuradora-Geral da República de Moçambique mas troca de vice

Beatriz da Consolação Mateus Buchili continua a ser a Procuradora-Geral da República de Moçambique, por decisão formalizada nesta quarta-feira (24) pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, que substituiu ainda o vice Edmundo Carlos Alberto por Alberto Paulo.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

Tendo cumprido na íntegra o mandato para que foi nomeada por Armando Guebuza Beatriz Buchili mereceu a confiança de Nyusi, e do partido Frelimo, para continuar a ser a guardiã da legalidade no nosso país.

Primeira mulher a dirigir o Ministério Público em Moçambique é casada, mãe de três filhos, licenciou-se em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane e tornou-se Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Brasil.

Beatriz Buchili ingressou nos quadros da Procuradoria-Geral da República em 1992, tornou-se Procuradora Distrital em 1994, ascendeu ao cargo de Procuradora Provincial-Chefe de Cabo Delgado em 2001 e foi nomeada Procuradora Provincial-Chefe de Sofala em 2008.

Em Cabo Delgado liderou o Ministério Público na acusação contra sete polícias que teriam sido responsáveis pela morte de 119 reclusos, no ano 2000, por asfixia numa cela minúscu-



la da cadeia distrital de Montepuez. Os agentes da polícia foram absolvidos por falta de provas. Os eram reclusos simpatizantes do partido Renamo e haviam sido detidos por contestarem os resultados das Eleições Gerais de 1999.

Em 2011 Beatriz Buchili foi promovida à Subprocuradora-Geral Adjunta, no Tribunal Superior de Recurso da Cidade de Maputo, e no mesmo ano foi indigitada para, em comissão de serviço, exercer a função de Secretária-Geral da PGR. Ainda em 2011 ascendeu ao cargo de Procura-

dora-Geral Adjunta até ser nomeada como guardiã da legalidade e 9 de Julho de 2014.

Para além dos ilícitos eleitorais que continuam a acontecer, tendo como protagonistas membros e simpatizantes do partido Frelimo que continuam impunes Buchili continua a arrastar a acusação contra os principais responsáveis políticos da violação da Constituição da República que culminou com os empréstimos de 2,1 biliões de Dólares norte-americanos à favor das empresas Proindicus, EMATUM e MAM.



A Província de Cabo Delgado continua a ser um calvário para a PGR onde agora tem de encontrar provas para acusar os cidadãos que tem sido detidos alegadamente por pertencerem ao grupo insurgente que aterroriza o Norte de Moçambique desde 2017.

Ainda nesta quarta-feira (24) o Chefe de Estado exonerou Edmundo Carlos Alberto, que ocupava desde Novembro de 2000 o cargo de vice Procurador-Geral da República, e nomeou em sua substituição Alberto Paulo, que desde Novembro de 2011 exercia o cargo de Procurador-Geral Adjunto.



## Empresas Públicas em Moçambique custam 430 milhões de Dólares ao Orçamento do Estado

O ministro da Indústria e Comércio, Ragendra de Sousa, revelou que as Empresas Públicas pesam todos os anos no Orçamento de Estado "430 milhões de Dólares ano, em subsídios, garantias, etc". É tanto quanto foi alocado para todo o sector de Saúde em 2019.

Texto: Adérito Caldeira

Falando esta segunda-feira (22) em Maputo, durante o Seminário sobre os desafios do sector industrial moçambicano e medidas para a sua alavancagem, o ministro Ragendra de Sousa revelou que as Empresas Públicas e Empresas Participadas pelo Estado pesam "no Orçamento de Estado 430 milhões de Dólares ano, em subsídios, garantias, etc, há vários anos".

O governante fez esta revelação para anunciar que "no próximo ano tudo faremos para que outras Empresas Públicas também abram o capital para a participação do sector privado, olhando para eficiência orçamental". Este custo do Sector Empresarial do Estado é tanto quando o Governo de Filipe Nyusi inscreveu no Orçamento do Estado de 2019 para gastar com a Saúde dos moçambicanos.

O @Verdade apurou que este anúncio do ministro da Indústria e Comércio não passa de retórica pois um dos pressupostos iniciais para a cotação de uma empresa na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) é que seja uma Sociedade Anónima, aconteceu que grande parte do chamado Sector Empresarial do Estado está longe desse patamar e não tem dados passos nesse sentido.

Aliás embora o ministro Ragendra de Sousa tenha apontado a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) como o exemplo do desejo do Executivo cotar outras empresas na BVM na verdade a HCB nunca foi uma empresa pública ou estatal.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no



## Crescimento da população em Moçambique tem sido "resiliente" ao colonialismo, ao socialismo, a guerra



Enquanto se debate o aumento (ou não) da população na Província de Gaza o Professor António Francisco analisou os verdadeiros desafios demográficos de Moçambique e, olhando para o Censo do INE assim como das Nações Unidas, constatou "se há coisa mais resiliente é o crescimento da população, parece que é indiferente a qualquer actividade económica, ao Estado a tudo (...) não sabemos se houve colonialismo, se socialismo, se houve socialismo científico, se houve neo-liberalismo, a população cresce parece que não houve guerra, não há Idai não há nada, a população cresce exponencialmente, é indiferente".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 10 →

## Actualização da Lei do Mar custa 29,9 milhões de Meticais

A Assembleia da República (AR) aprovou "por consenso" nesta quinta-feira (23) a actualização da Lei do Mar face aos desenvolvimentos nacionais e internacionais. O novo dispositivo legal vai custar 29,9 milhões de Meticais.

Texto: Redacção • Foto: Arquivo

A Lei do Mar em Moçambique, que possui uma das maiores costas marítimas do mundo, que remonta a 1996.

Dentre várias inovações apresentadas à plenária da AR pelo ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas, Agostinho Mondlane, destacam-se "o poder de jurisdição sobre a conservação e gestão de recursos vivos e não vivos na zona económica exclusiva; a criação do Conselho Nacional do Mar e de um mecanismo para o financiamento de políticas públicas sobre a administração do mar e de actividades de fiscalização; a criação da Comissão Permanente de Investigação de Acidentes e Incidentes Marítimos; a criação do Centro de Coordenação de Operações de Fiscalização Marítima; e a previsão de crimes marítimos e definição da respectiva jurisdição pelos tribunais marítimos criados pela Lei nº 5/96 de 4 de Janeiro".



mos criados pela Lei nº 5/96 de 4 de Janeiro".

A criação do Centro de Coordenação de Operações de Fiscalização Marítima, que será o órgão

técnico especializado, vai custar ao erário mais 29.959.500 Meticais, de acordo com o Parecer do Ministério da Economia e Finanças a que o @Verdade teve acesso.





→ continuação Pag. 09 - Crescimento da população em Moçambique tem sido "resiliente" ao colonialismo, ao socialismo, a guerra

Quando Moçambique nasceu, em 1891, existiam 3,7 milhões de habitantes que nas oito décadas seguintes de colonialismo e Luta de Libertação triplicaram para 10,2 milhões em 1975. Após a independência a pobreza aumentou, o Produto Interno Bruto era de 1049 dólares per capita em 1974, houve guerra civil, calamidades naturais ...“neste momento temos cerca de 30 milhões de pessoas, de acordo com as Nações Unidas” assinalou António Francisco.

Olhando para os números do aumento da população o Professor da Universidade Eduardo Mondlane constatou que: “não sabemos se houve colonialismo, se socialismo, se houve socialismo científico, se houve neo-liberalismo, a população cresce parece que não houve guerra, não há Iдай não há nada, a população cresce exponencialmente, é indiferente”.

“O Presidente Nyusi gosta muito de uma coisa que é a chamada resiliência, ele usou essa palavra a tempos para falar da resiliência do Governo, mas se há coisa mais resiliente é o crescimento da população, parece que é indiferente a qualquer

actividade económica, ao Estado a tudo. O que nós podemos perceber deste crescimento é que a mortalidade está a distanciar da fecundidade e é por isso que a população está a crescer”, indicou Francisco que é Doutorado em Demografia.

Baseado nas projecções das Nações Unidas o académico, que foi um dos oradores na Conferência sobre “Pobreza, Desigualdades e Modelos de Desenvolvimento”, organizada no passado dia 16 pelo Observatório do Meio Rural, alertou: “Independentemente do seja agora a acção do Governo, da economia, etc, há uma coisa que é previsível e inevitável, dentro de 20 ou 30 anos nós vamos ter 60 milhões de pessoas, a menos que haja uma calamidade que destrua a população (...) quando Moçambique completar o primeiro centenário da sua independência, em 2075, vai ter cerca de 100 milhões de pessoas”.

O Professor Francisco notou que existe um grande consenso sobre a necessidade de redução da mortalidade, particularmente de crianças e das mães, mas nem todos concordam com a necessidade de reduzir o número de

filhos. “Nós estamos a falar do dividendo demográfico, e agora tornou-se uma bandeira, mas o que eu vejo aí é uma subtil forma de negar a demografia, queremos dizer as pessoas tu podes ganhar o jackpot sem jogar, como não temos coragem de falar da questão da fecundidade”.

#### Protecção social em Moçambique deve ser concebida para “Não deixar ninguém para trás”

“A minha proposta se queremos fazer políticas públicas sérias é: primeiro garantir um melhor value for money e melhor eficácia e efectividade no trabalho do INE; segundo acabar com a desorçamentação (desvio de fundos para fins que não são conhecidos e não vão para aquilo que devia ser para ajudar na transformação pública, eliminar as Empresas Públicas e os institutos ocultos que estão por aí e nem no Orçamento do Estado estão), começar a respeitar o SISTAFE; terceiro criar e implementar um amplo e eficaz sistema de estatísticas vitais; e quarto rever o sistema de protecção social”, sugeriu António Francisco.

O académico argumentou que “o value for money do

INE é fundamental porque nós estamos a ver, há 20 anos atrás tivemos um censo que custou 1 dólar por pessoa este último custo 2,6 dólares, eu acho que temos de tirar melhor partido do trabalho do INE”.

Por outro lado Moçambique não tem estatísticas vitais, admitiu ao @Verdade no passado dia 17 o Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, para o Professor Francisco saber quantas pessoas nascem e quem morrem permitiria “uma referência” para aferir os recenseamentos da população. O problema é que fazer as estatísticas vitais custa muito dinheiro. Com apenas 32 por cento de nascimentos registados o nosso país é o quarto pior na África Austral (a frente de Angola, República Democrática do Congo e Zâmbia) e o terceiro pior na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (abaixo estão Angola e Guiné-Bissau).

Relativamente a falta de recursos acabar com a desorçamentação é a proposta de António Francisco. “A desorçamentação corresponde por ano a mais do que uma

EMATUM, ou seja dívidas ocultas que ainda não foram resolvidas estão a ser feitas todos os anos, só que como não mete dinheiro dos estrangeiros e não andamos a roubar os outros, nós podemos roubar entre nós, o processo de desfalque que está a ser feito por via das empresas públicas, por via da desorçamentação eu acho que se acabássemos com isso, e uma das formas seria acabar com as empresas públicas, já vimos como elas são fonte de drenar dinheiro”.

Por último o docente da UEM recomendou que “a protecção social precisa de ser concebida de uma forma muito mais à sério para responder a aquilo que é o lema dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: Não deixar ninguém para trás”.

“O sistema que nós temos é um sistema restrito, limitado, fragmentado para vários grupos, para quem desconta de forma pública, para quem desconta de forma privada, tem alguns mecanismos mas não toma em conta a natureza da demografia que nós temos e precisaria de recursos e sensibilidade relativamente a população”, concluiu o Professor Francisco.

## Órgãos de Governação Descentralizada Provincial eleitos terão menos dinheiro do que actuais governos provinciais

*Além de pouco poder político os futuros Órgãos de Governação Descentralizada Provincial que serão eleitos a 15 de Outubro, ao contrário dos governos actualmente indicados pelo Executivo Central que recebem fundos em função dos interesses do partido no poder, terão um limite de despesas indexado ao seu número de habitantes e respectiva área territorial.*

Todas as bancadas parlamentares da Assembleia da República aprovaram na generalidade nesta quarta-feira (24), por “consenso”, a Lei que define o regime financeiro e patrimonial dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial.

A nova lei confere a necessária autonomia administrativa aos futuros governos provinciais no entanto o @Verdade entende que em termos práticos os mantêm refém do Executivo Central pois embora possam aprovar os seus orçamentos e planos de actividades esses não poderão contrariar o Plano Económico e Social assim como o Orçamento do Estado nacional que é definido pelo vencedor da Eleição Presidencial e ficam sob a alçada do Ministério que superintende a planificação e finanças.

Outro aspecto que @Verdade apurou que irá minimizar ainda mais o papel das futuras Assembleias Provinciais e do Governador de Província é que as receitas que vão receber do Orçamento de Estado do



partido que vencer a Eleição Presidencial está limitada ao número de habitantes da província e a respectiva área territorial.

Actualmente os governos provinciais recebem do Orçamento do Estado fundos para o seu funcionamento e investimen-

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

tos que não tem nenhum limite legal dependendo apenas dos desejos do partido Frelimo. Por exemplo em 2019 a Província de Gaza tem uma dotação de 3,4 biliões de Meticais bem mais do que a vizinha Província de Inhambane. A despesa provincial de Cabo Delgado foi estipulada em 4,2 biliões de Meticais superando a Província da Zâmbia que tem uma dotação de 4 biliões de Meticais.

Embora a nova lei preveja a possibilidade dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial obterem receitas próprias através de taxas por licenças concedidas, taxas de prestação de serviços, multas que aplicarem por violações de regulamentos ou posturas a verdade é que por essa via a colecta será ínfima, como se tem verificado nas Autarquias Locais.

Em contrapartida os representantes do Estado continuarão a usufruir de orçamentos ilimitados em função das estratégias do partido no poder.